

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 22/2021-PGJ, DE 25 DE JUNHO DE 2021.**

*Dispõe sobre as Resoluções nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, e 27/2020-PGJ, de 15 de maio de 2020, e dá outras providências.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O art. 3º da Resolução nº 27/2020/PJ, de 15 de maio de 2020, passa vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º O Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em conformidade com a Resolução nº 007/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, fica prorrogado até o dia 09 de julho de 2021, naquilo que for compatível com a presente Resolução, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça.”*

**Art. 2º.** Fica alterado, de 40% (quarenta por cento) para 70% (setenta por cento), o percentual disposto no subitem 8 do item 5 do Plano de Biossegurança do MPMS.

**Art. 3º.** O horário de funcionamento do MPMS, no período de 28 de junho a 09 de julho, será das 13h às 19h, preferencialmente para atendimento externo.

**Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**EDITAL Nº 01/2021-PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, **comunica aos membros do Ministério Público** que, **dentro do prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data da publicação deste Edital, receberá os requerimentos daqueles interessados em se inscrever no cadastro para apoio na atuação em audiências das Vara Criminais Residuais, Vara de Violência Doméstica e na Vara da Infância e Adolescência da comarca de Campo Grande, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021, publicada no DOMP-MS nº 2.466, de 25.06.2021.

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2198/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, a residir na comarca de Campo Grande, nos termos do artigo 2º, §§ 3º, inciso III, e 4º, da Resolução Conjunta nº 1/2021-PGJ/CGMP, de 1º de fevereiro de 2021, e ainda do artigo 129, § 2º, da Constituição Federal (Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00001527-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2180/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as audiências das Comarcas a seguir mencionadas, conforme segue:

MEMBRO	COMARCA	DATA
Angelica de Andrade Arruda	Anastácio	24 e 25.6.2021
Antenor Ferreira de Rezende Neto	Dois Irmãos do Buriti	24.6.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2204/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 449/2021-PGJ, de 3.2.2021, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20.12.2014 a 6.1.2015, que seria usufruído no dia 26.7.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2205/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado a 7ª Zona Eleitoral no dia 28.10.2018, a serem usufruídos nos dias 12 e 13.7.2021, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2212/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 49º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gevair Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 12 a 14.7.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2042/2021-PGJ, DE 14.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	2020/2021	20	1º a 20.6.2021
Gerson Eduardo de Araújo	2020/2021	20	13.8 a 1º.9.2021
Lindomar Tiago Rodrigues	2020/2021	10	1º a 10.6.2021
Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro	2020/2021	20	10 a 29.6.2021
Marcos Alex Vera de Oliveira	2020/2021	20	12 a 31.7.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2213/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 24 e 25.6.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2214/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 2ª Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, em razão de licença da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO
Daniel Higa de Oliveira	16 a 23.6.2021
	26.6 a 15.7.2021
Matheus Carim Bucker	24 e 25.6.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2215/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 40ª Zona Eleitoral, em razão de licença da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO
Daniel Higa de Oliveira	16 a 23.6.2021
	26.6 a 15.7.2021
Matheus Carim Bucker	24 e 25.6.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2216/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21.6 a 10.7.2021, em razão de licença da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2217/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 21.6 a 10.7.2021, em razão de licença da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2219/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (Unidade 2) da referida Comarca, no período de 5 a 14.7.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailier Esgaib.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2220/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (Unidade 1) da referida Comarca no período de 12 a 21.7.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2221/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca nos dias 1º e 2.7.2021, em razão de férias compensatórias, e no período de 5 a 9.7.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2223/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 14º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcelo Ely, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 1º e 2.7.2021, em razão de férias compensatórias, e no período de 5 a 9.7.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2225/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Itaquiraí no dia 1º.7.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2045/2021-PGJ, DE 14.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos membros do Ministério Público, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

MEMBROS	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marcos Roberto Dietz	2020/2021	20	5 a 24.8.2021
Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinto	2020/2021	20	1º a 20.6.2021
Ricardo Benito Crepaldi	2020/2021	14	14 a 27.6.2021
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	2019/2020	30	2 a 31.8.2021
Humberto Lapa Ferri	2020/2021	20	1º a 20.6.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2226/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto nº 386/2021, de 21.6.2021, da Prefeitura Municipal de Bataguassu, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas daquele município no dia 25.6.2021, em razão do feriado alusivo à Festa do Padroeiro do Município, São João Batista, comemorado em 24.6.2021;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0018/2021, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Bataguassu no dia 25.6.2021,

**R E S O L V E:**

Declarar ponto facultativo o dia 25.6.2021, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Bataguassu, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2243/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto nº 11/2021, de 4.1.2021, da Prefeitura Municipal de Angélica, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas daquele município no dia 28.6.2021, em razão do feriado alusivo à Festa do Padroeiro do Município, São Pedro, comemorado em 29.6.2021;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0016/2021, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou a suspensão do expediente forense na comarca de Angélica no dia 28.6.2021,

**R E S O L V E:**

Declarar ponto facultativo o dia 28.6.2021, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Angélica, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2194/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 20/PGJ/2021, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Thyago Gonçalves Vieira, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo/ESMP (Processo PGJ/10/0459/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2195/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Contrato PGJ/10/1231/2021, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Adriana Lima Gonçalves Cheris, Técnica I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA N° 2196/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Contrato PGJ/10/1422/2021, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Adriana Lima Gonçalves Cheris, Técnica I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2228/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 99/PGJ/2021, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1263/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2229/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2021, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1232/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2230/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 98/PGJ/2021, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1262/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2192/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico de Contabilidade e Economia no período de 21 a 30.6.2021, em razão de férias, e nos dias 1º e 2.7.2021, em razão de folga compensatória por serviços prestados à justiça eleitoral da titular, Luciana Agüero Rivas Cavassa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2193/2021-PGJ, DE 22.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Magnum Fischer de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande no período de 21.6 a 18.7.2021, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Waleska Pinto Luiz.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2201/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Kellen Ferreira Nunes, por meio da Portaria nº 1600/2021-PGJ, de 12.5.2021, que seriam usufruídas no período de 10 a 14.4.2021, a serem usufruídas no período de 4 a 8.10.2021, em razão de licença por luto, nos termos do artigo 10, inciso VI, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2210/2021-PGJ, DE 23.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.6.2021, as férias do servidor Pedro Henrique Fernandes Alves da Fonseca, concedidas por meio da Portaria nº e-58/2021-PGJ, de 21.1.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 12 a 20.7.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2231/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Thaís Noll Marques Perciany, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste órgão, em virtude de divórcio em 25.11.2016, de modo que passe a constar Thaís Noll Marques.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2237/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21 a 30.6.2021, em razão de férias da servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2238/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Tsutomu Matsunaga, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 14ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 20.5, 1º e 2.6.2021, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Marina Carrato Corrêa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2239/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ivinhema, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Sete Quedas, no período de 5 a 14.7.2021, em razão de férias da servidora Luciana Serraglio Baruffi.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2240/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de Tecnologia da Informação, no período de 29.6 a 2.7.2021, em razão de licença compensatória referente a feriado forense do titular, Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2241/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.7 a 6.8.2021, em razão de férias da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2242/2021-PGJ, DE 24.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21.6 a 2.7.2021, em razão de licença-maternidade da servidora Manoela Souza Schmitz Moreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-714/2021/PJ, DE 25.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Glaucete Ruas Lagoas da Silva, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 23.8 a 11.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.9.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-715/2021/PJ, DE 25.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Marcelo Mendes do Amaral, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2021 e de 7 a 16.1.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.12.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-716/2021/PJ, DE 25.6.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Alexandra Secco de Almeida Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 29.1.2022 e de 4 a 13.4.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 12ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 5 DE JULHO DE 2021.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001343-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001457-9.

**2. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000956-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001104-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001105-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001106-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001231-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001232-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001233-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003638-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003913-7.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000703-4.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001019-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004229-0.

**5. 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000249-8.

**6. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000596-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001137-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000165-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002629-6.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000738-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000623-9.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000955-8.

**9. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001618-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001620-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001621-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001622-6.

**10. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001224-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001926-3.



- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001434-6.

**11. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000826-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000902-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003232-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000781-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001466-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001941-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002812-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002949-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003252-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003581-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003798-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000585-1.

**12. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001912-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001096-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001568-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001730-3.

**13. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000907-6.

**14. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001077-6.

**15. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003829-3.

**16. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003275-5.

**17. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003913-7.

**18. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002384-5.

**19. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001284-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001175-3.

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**

**2.1.1. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.0001801-3:**

**Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil n. 06.2018.00002850-3.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Inquérito Civil n. 06.2020.00001306-9.



**2.2. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:****2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000631-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Frigorífico "Naturafig" Alimentos

Assunto: Apuração de eventual poluição de represa situada no interior da Fazenda "Porta do Céu", situada no Município de Rochedo, cujas águas escorrem para o Córrego "Lajeado", com possível poluição do mesmo.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000340-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvestre Nogueira de Barros

Assunto: Apuração da regularidade da supressão de 11,07 hectares de vegetação nativa, no período de 07.08.2015 a 10.09.2016, bem como de 91,62 hectares de vegetação nativa, no período de 28.07.2019 a 31.10.2019, no interior do imóvel rural "Fazenda Santa Cruz" (CARMS0062761), na posse de Silvestre Nogueira de Barros, de propriedade do Espólio de Manoel Wenceslau Leite de Barros, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000076-3**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Virgínia Márcia Freire Palhano

Assunto: Apuração da integridade de áreas de preservação permanente situadas no polígono tomado pelas ruas Neuza Vargas, Pernambuco, Sílex e Av. Nelly Martins, mais especificamente no lote 4 (por erro constou na portaria o lote 12), inscrição municipal n. 06.11.003.012-4, situado na Rua Sílex, 44, de propriedade de Virgínia Márcia Freire Palhano.

**4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000091-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ernesto Maia Benez.

Assunto: Apuração quanto à prática de eventual irregularidade jurídico-ambiental de desmatamento em Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada "Fazenda Palmeira", no município de Coxim-MS, de propriedade de Ernesto Maia Benez, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Auto de Infração n. 5445 da Polícia Militar Ambiental.

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000835-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de eventual irregularidade ambiental no lote 017, do Projeto de Assentamento "Monjolinho".

**6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002141-7**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto superfaturamento em obras realizadas na Escola Estadual "Olinda Conceição Teixeira Bacha", no primeiro semestre de 2016.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001141-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Paranaíba

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades decorrentes de propositura de ação judicial pela Câmara Municipal de Paranaíba.



**2.2.2 RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002860-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades em licitações de merenda escolar, materiais de construção e peças de automóveis.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000320-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: AGESUL e Empresa Computerra Construtora Ltda.

Assunto: Apurar supostas irregularidades na execução do contrato celebrado entre a empresa Campoterra Construtora Ltda. e a AGESUL, no tocante à conservação da estrada MS 295, que liga o município de Eldorado ao Distrito de Morumbi.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001425-7 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001674-4 – SIGILOSO**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001078-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Zilda Crepaldi da Cruz

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Sítio de Recreio Chácara Pesqueiro da Barra Lote 10”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 0545, no âmbito do Programa SOS Rios.

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001288-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rômulo César Arnal Bonini

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na Fazenda Paiol Velho, provenientes de processos erosivos.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000313-8 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Terenos

**8. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000948-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prejuízo ao erário municipal em decorrência de irregularidades no Convênio 521/2009 firmado entre o Município de Anastácio e a Funasa para a construção de Usina de Triagem e Reciclagem de Resíduos sólidos e a consequente operacionalização da Unidade de Processamento de Lixo.

**2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000570-6 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000542-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agricenter Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar os consectários ambientais oriundos do descumprimento de obrigações documentais impostas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que constituem condicionantes específicas da Licença de Operação concedida à empresa de aviação agrícola AGRICENTER.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001821-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ECG Engenharia

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da pavimentação da rodovia BR 359, causados pela empresa ECG Engenharia, entre os municípios de Coxim/MS e Alcinópolis/MS.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001258-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Claudia Regina Ribeiro da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da queimada de 0.1504 hectares ocorrido em 18/09/2020, portanto, em período em que se vedada tal conduta, conforme Portaria nº.797/2020/IMASUL, na propriedade rural denominada Chácara Nova Esperança, localizada neste Município de Ivinhema;

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000931-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Claudia Regina Ribeiro da Silva

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na doação de terrenos públicos a particulares.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001200-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Renata Gomes dos Santos

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na autopromoção na carreira de servidor público da Câmara Municipal de Coxim, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003200-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 7,67ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em imóvel rural no situado no Município de Anastácio, indicado no Parecer N. 56/2016/Nugeo.

**8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001185-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Eduardo Francisco dos Santos Filho

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 09, localizado na Rua Sílex, 84, nesta capital, cadastrado em nome de Eduardo Francisco dos Santos filho, e a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

**9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000723-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Gonçalves de Matos

Assunto: Apurar desmatamento de 64,82 hectares na bacia hidrográfica do Rio Paraguai, na Fazenda Fartura, em Dois Irmãos do Buriti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Pareceres n. 785/17/NUGEO (Operação Cervo-do-Pantanal - 2013/2015) e n. 181/20/CEIPPAM.

**10. Inquérito Civil nº 06.2020.00000838-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Natanael Araújo

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no lote 069 do Projeto de Assentamento Monjolinho.

**11. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000173-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Thamires Estriotto Mourão da Silva, Fernanda Camargo Ribeiro da Silva de Alencar, Rodrigo Antônio Molina Azevedo, Luana Cunha Mendes e Fábio Roberto Dias Doná

Assunto: Apurar conduta improba, perpetrada, em tese, por conselheiros tutelares e Secretário de Saúde de Mundo Novo-MS, no que toca ao desrespeito à ordem de prioridade na vacinação contra COVID-19.

**2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.000000141-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ramão Benites e Edimauro da Cruz Libert

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa no pagamento indevido de função gratificada, pelo à época Presidente da Câmara de Juti, Sr. Ramão Benites, ao servidor público efetivo Edimauro da Cruz Libert, em período de afastamento para concorrer a cargo eletivo.

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000657-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Jefferson Jean Souza da Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa relacionada à contratação de empresa para serviços elétricos em detrimento de aprovado em concurso público.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001464-9**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Conselho Tutelar de Bandeirantes

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar de Bandeirantes/MS.

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001142-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na aprovação de projetos de loteamento/desmembramentos por servidores do Município de Anastácio, em contrariedade ao previsto na Lei Federal nº 6.766/79.

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001263-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no credenciamento e na contratação de médicos pela Administração Pública Municipal de Bandeirantes/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000936-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Bering Atividades Subaquáticas Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da extração e do transporte de madeiras desvitalizadas e submersas realizadas pela Empresa Bering Atividades Subaquáticas Ltda. no lago artificial da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, no Município de Bataguassu/MS.

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000123-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Antônio Tadeu Jallad, Lilian Jallad, Sérgio Jallad e Vivian Jallad Sallum

Assunto: Parecer nº 477/17/Nugeo – Projeto Cervo-do-Pantanal (2013-2015), Parecer nº 317/19/Nugeo – Programa DNA Ambiental (2016-2017) e Parecer nº 127/20/Nugeo – Programa DNA Ambiental (2019): buscar a reparação/compensação da supressão de 29,94 hectares de vegetação nativa, no período entre 11/01/2015 e 04/06/2015; de 62,87 hectares de vegetação nativa, no período entre 11/11/2015 e 11/07/2016; bem como de 10,45 hectares de vegetação nativa, no período entre 09/09/2019 e 24/10/2019, fora dos polígonos autorizados nas AA nº 651/2015 e nº 861/2017, no interior do imóvel rural “Fazenda Três Estrelas” (CARMS0000688), pertencente a Antônio Tadeu Jallad e outros, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001150-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na ausência de licitação para contratação de agência de publicidade pelo Município de Glória de Dourados.

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000129-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marta Inês Liedtke

Assunto: Apurar possível dano ambiental em área de preservação permanente e reserva legal, decorrente do acesso de semoventes e sedimentação do solo, na Fazenda São Paulo.

### **2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000159-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó, Paulo Hiroyuki Miyashita

Assunto: Apurar eventual irregularidade na inexecução dos serviços contratados pelo Município de Caarapó com a empresa Tele Fibras Internet Banda Larga, decorrente da Dispensa de Licitação nº 004/2019 (Processo Administrativo 042/2019).

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000701-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Jaraguari-MS, Prefeito de Jaraguari

Assunto: Apurar possível contratação indevida do irmão do Prefeito de Jaraguari por meio de interposta pessoa jurídica (nepotismo/improbidade) e a acumulação indevida de cargos por parte de Ariane Wust no âmbito da Prefeitura de Jaraguari e do Estado de Mato Grosso do Sul.

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000012-0**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lotérica Bonito Ltda

Assunto: Apurar a falta de banheiros e cadeiras para os idosos na Lotérica Bonito Ltda ME.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001144-1 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000111-8**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Aparecida do Taboado

Requerentes: Ministério Público Estadual e Pedro Rodrigues de Almeida Junior

Requerido: Município de Aparecida do Taboado, Nelson Pimenta

Assunto: Averiguar notícia de irregularidade da Clínica de Recuperação "Comunidade Vó Jucá", bem como as providências adotadas pelo Poder Público Municipal.

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001893-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marlene de Matos Bossay

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade de administrativa em razão de dispensa indevida de licitação nº 54/2019 e nº 55/2019.

**7. Inquérito Civil nº 06.2020.00001129-3**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bonito

Requerentes: Ministério Público Estadual e Secretaria de Meio Ambiente de Bonito/MS

Requerida: Energisa MS - Distribuidora de Energia S/A

Assunto: Apurar o desmatamento ocorrido na área de preservação permanente do Córrego Bonito, em razão de manutenção de rede elétrica pela empresa ENERGISA, bem como a recuperação da aludida área protegida.

**8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000231-7 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

**9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000378-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Fernandes

Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 34,77 hectares de vegetação nativa primária do bioma Mata Atlântica, no período de 04/05/2013 a 15/09/2015, no interior dos imóveis rurais Lotes 07, 08, 10 e 37 do Assentamento Mato Grande, no Município de Corumbá-MS, pertencentes a Rubens Fernandes (CPF 366.480.191-15), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

**10. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001853-1 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

**11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001182-7**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e Luiz Carlos Correa Suarez

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em APP localizada no imóvel lote 03, na Rua Sílex, nº 34, nesta capital, de propriedade de Luiz Carlos Correa Suarez assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

**12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000077-4**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio João Ferreira da Silva

Assunto: Apurar a integridade de áreas de preservação permanente situadas no polígono tomado pelas ruas Neuza Vargas, Pernambuco, Sílex e Av. Nelly Martins, mais especificamente o lote 1, inscrição municipal n. 06.11.003.001-9, situado na Rua Sílex, 14, de propriedade de Antônio João Ferreira da Silva.

**2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001566-6**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a possível origem do assoreamento verificado nas Fazendas Estrela do Botas e Fazenda Santa Isabel, na área rural desta capital, as quais margeiam o Córrego Botas.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001417-1**

10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a regularidade técnica e jurídica da política de transição da prestação de serviços médicos de Alta Complexidade em Oncologia na cidade de Dourados-MS.

### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000912-8 – SIGILOS**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002079-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL e Proprietários

Assunto: Acompanhar a atuação do órgão ambiental em relação à recuperação das áreas que foram objeto de diagnósticos de propriedades ao longo do Rio Aquidauana, em relação aos Imóveis Rurais em que não foram constatadas construções em área de APP.

### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000676-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vivian Barbosa da Cruz

Assunto: Apurar os fatos noticiados acerca de suposta irregularidade no recebimento de diárias da servidora Vivian Barbosa da Cruz.

### **6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001552-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aracely da Silva Barbosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 11,27 hectares de vegetação nativa, Bioma do Cerrado, sem autorização da autoridade ambiental competente, na propriedade rural denominada Fazenda Primavera, situada em Coxim, de propriedade de Aracely da Silva Barbosa.

### **7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000232-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Paulo Pedra

Assunto: Apurar desmatamento de 8,09 hectares em área de Savana Arborizada, na Estância Chácara da Serra, em Inocência/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 462/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

### **8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000808-8 – SIGILOS**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Cassilândia

### **9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000903-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato de Oliveira

Assunto: Apurar desmatamento de 13,32 hectares, na Fazenda Forna do Areia, localizada em Alcínópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 235/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2016/2017).

### **10. Inquérito Civil nº 06.2020.00001094-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar situação jurídica e eventuais irregularidades no parcelamento do solo na região do Loteamento do Águas do Miranda e entorno localizada no município de Anastácio/MS.



**11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000024-5**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar a notícia de que o Município de Naviraí estaria deixando de dar publicidade aos atos administrativos de nomeação de servidores públicos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

**12. Inquérito Civil nº 06.2021.00000090-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rio Corrente Agropastoril S/A

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento em Área de Preservação Permanente, na propriedade rural "Fazenda da Serra", no município de Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000727-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Itamar Teixeira Sena

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio de Recreio Chácara Pesqueiro da Barra-Lote 14", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0316, no âmbito do Programa SOS Rios.

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000836-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no lote 059 do Projeto de Assentamento Monjolinho.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000840-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no lote 081 do Projeto de Assentamento Monjolinho.

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000980-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa envolvendo a servidora Alexandra Bispo Souza Fagundes, relativamente ao cumprimento de sua carga horária.

**5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001097-1 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Aparecida do Taboado

**6. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000262-8 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social Comarca de Terenos

**7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001379-1 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Aparecida do Taboado

**8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000795-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no lote 51 do Loteamento Sítio Recreio, tal como consta da Ficha Cadastral n. 0214, no âmbito do Programa SOS Rios.

**9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000922-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Sítio de Recreio Chácara Pesqueiro da Barra Lote 64”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 0277, no âmbito do Programa SOS Rios.

**10. Inquérito Civil nº 06.2020.00000101-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Pedro Bocalan e Adriana Dallazem Balbosco

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 242, localizada na Fazenda Bonito Glebas I e III, no município de Chapadão do Sul.

**11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001438-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Dourados - IMAM

Assunto: Apurar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (objeto originário do Inquérito Civil 59/2012/PJDMA), bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

**12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000071-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Paulo de Oliveira

Assunto: Apurar a integralidade da Área de Preservação Permanente no lote 13, inscrição municipal n. 06.11.003.013-2, situada na Rua Sílex, n. 134, propriedade de Sebastião Paulo de Oliveira, a qual abriga uma APP oriunda de olhos d'água nascentes e curso hídrico efluente do Córrego Sóter, tomando faixa marginal entre 30 e 50m.

**13. Inquérito Civil nº 06.2017.00001410-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

**2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000843-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no lote 209 do Projeto de Assentamento Monjolinho.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000703-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucimar Barbosa de Oliveira

Assunto: Apurar as circunstâncias em que ocorreram as instalações de braços de iluminação pública em postes localizados no interior de propriedades rurais, do Município de Coxim, com finalidade de angariar prestígio político, supostamente por Vereador deste município, e atos de improbidade administrativas daí decorrentes.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000757-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Antônio Soares Bessa Costa

Assunto: Apurar a ocorrência de eventual dano ambiental na Fazenda Bela Olinda.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001256-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes



**5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002108-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura do Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Pregão Presencial nº 021/2012 realizado pela Prefeitura do Município de Dois Irmãos do Buriti.

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000254-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo direto e cruzado no âmbito do Poder Executivo do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

**7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001570-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Donizete Lourenço de Paula

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,66 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada Sem floresta-de-galeria, denominado ID 60 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda São João (CARMS0000212), no Município de Bandeirantes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 226/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017.

**8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001745-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonio de Jesus Arf

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural Chácara Monarca II, de propriedade de Antônio de Jesus Arf, no Município de Anastácio.

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003197-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando dos Santos Oleniki

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 13,1892ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em imóvel rural no situado no Município de Anastácio, indicado no Parecer nº 62/2016/Nugeo.

**10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001771-0 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

**11. Inquérito Civil nº 06.2020.00001026-1**

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual omissão do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Camapuã em fornecer medicamentos de uso contínuo e atendimento médico presencial aos idosos acolhidos na Sociedade de Proteção aos Idosos de Camapuã.

**12. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001209-2 – SIGILOS**

33ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**13. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000798-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ocorrência de operações suspeitas relativas a saques em espécie realizados em contas de entes públicos.

**2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000527-0 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Aparecida do Taboado

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001059-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa, por violação principiológica e lesão ao erário, constatados nos autos da ação penal 0000688-64.2015.8.21.0021, movida em face de Arnaldo Ramires Koch.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000614-2 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000956-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: João Mauricio Gottardi Lopes, João Flávio Lopes Filho e João de Oliveira Lopes Neto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de vegetação nativa, integrantes do Bioma de Savana Arborizada com e sem Floresta de Galeria, na Fazenda Serra Dourada, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002606-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Anônimo

Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã

Assunto: Apurar a legalidade da contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica, para acompanhamento das comissões parlamentares de inquérito e comissão processante, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Camapuã/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002310-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível funcionamento irregular do aeródromo de Cassilândia/MS.

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000397-1 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

**8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000016-3 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

**9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000738-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Studio Cerâmico Pantanal Ltda., W3 Factoring Ltda. e Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade e irregularidades na doação de terreno público realizada pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso para a empresa Studio Cerâmica Pantanal Ltda, no ano de 2003, com a suposta utilização do bem para pagamento de dívida particular, fatos que caracterizam, em tese, ato de improbidade administrativa, que enseja dano ao erário e violação de princípios de impessoalidade e moralidade, e que justificam eventual propositura de ação para ressarcimento do erário.

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 70/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública que a candidata aprovada no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 58/2021-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.451, de 02.06.2021, manifestou opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 001/2020-XXIIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.309, de 19 de outubro de 2020.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
EDILAINE APARECIDA BRITES FERNANDES RODRIGUES	Rio Brilhante	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 71/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública que a candidata aprovada no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 65/2021-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.461, de 18.06.2021, manifestou opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 001/2020-XXIIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.309, de 19 de outubro de 2020.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
CRISTIANO DO ESPÍRITO SANTO	Naviraí	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 72/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a relação dos candidatos aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 58/2021-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.461, de 18.06.2021, que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionadas em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 001/2020-XXIIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.309, de 19 de outubro de 2020.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
REGINA SANTOS DE MENEZES	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 73/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato aprovado no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionado, uma vez que o candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 65/2021-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.461, de 18.06.2021.

CANDIDATA(S)	COMARCA	NÍVEL
ALAN BRUNO RIBEIRO RODRIGUES	Corumbá	Graduação

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 74/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 2/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.367, de 28 de janeiro de 2021, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.



Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2020-XXIIPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, **devendo neste caso fazer a opção do turno (matutino/vespertino)**, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 2 e 8/7/2021, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2020-XXIIPSE-MPMS, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.309, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO). COM A ENTRADA EM EXERCÍCIO, OS DOCUMENTOS ORIGINAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, PARA ARQUIVO.**

## **1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**

### **1.1 COMARCA DE BATAYPORÃ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Jair de Abranches Mella, 1203, Centro, Batayporã.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
VITORIA ROSA DOS SANTOS	2ª

### **1.2 COMARCA DE CAMPO GRANDE**

**LOCAL:** Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LEONARDO AQUINO MOREIRA	105ª
JULIANA GONCALVES DE ARRUDA	106ª
BRUNA TAINA DE OLIVEIRA ARAUJO	107ª
FLAVIA KAROLINE RIBEIRO LANZARINI	108ª
DEBORA MARTINEZ RIBEIRO	109ª
EDUARDA LIMA GADELHA	110ª

### **1.3 COMARCA DE CORUMBÁ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
KEYLA MENDES DA SILVA	15ª

### **1.4 COMARCA DE DOURADOS**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GABRIEL LEONARSKI SOUZA LIMA	38ª

### **1.5 COMARCA DE NAVIRAÍ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50 – Centro, Naviraí.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
JOSHUA EMMANUEL DE OLIVEIRA MARTINEZ	9ª

### **1.6 COMARCA DE RIO BRILHANTE**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GUILHERME BORTOLOTO MEDEIROS	8ª

### **1.7 COMARCA DE TRÊS LAGOAS**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GUILHERME BORGES DA SILVA	16ª



## **2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
Comprovante da tipagem sanguínea
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o Ministério Público Estadual, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas ou não possui dependências e data prevista para conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas as informações)
Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o(a) candidato(a) houver residido nos últimos cinco anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual e pelas Polícias Federal e Estadual
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”/
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS APROVADOS DO CURSO DE DIREITO, NÍVEL DE GRADUAÇÃO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 25 de junho de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

### **EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000269 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1520/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000269 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000270 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1520/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.583,00 (um mil quinhentos e oitenta e três reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000270 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000271 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1522/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 5.680,00 (cinco mil seiscentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000271 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000272 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1522/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.768,00 (dois mil setecentos e sessenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000272 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000273 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1522/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000273 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000274 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1521/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000274 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000275 DE 22.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1521/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.029,00 (um mil e vinte e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000275 de 22.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE002421 DE 23.06.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1554/2021**

Credor: RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2020 – Ata de Registro de Preços 23/PGJ/2020.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos (impressão de apostilas, folders, panfletos, blocos de notas e outros materiais personalizados), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE002421 de 23.06.2021, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1353/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- NEIDE CARDOSO E CIA LTDA**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 1.009,87 (um mil nove reais e oitenta e sete centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2021NE000244 e 2021NE000245, ambas de 1º.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 23 de junho de 2021.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1360/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- NEIDE CARDOSO E CIA LTDA**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 11.629,16 (onze mil seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2021NE000252 e 2021NE000253, ambas de 1º.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 23 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1352/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- NEIDE CARDOSO E CIA LTDA**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 6.779,50 (seis mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2021NE000246 e 2021NE000247, ambas de 1º.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 23 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1351/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- NEIDE CARDOSO E CIA LTDA**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 3.072,56 (três mil setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2021NE000248 e 2021NE000249, ambas de 1º.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 23 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1354/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- NEIDE CARDOSO E CIA LTDA**, representada por **Neide Cardoso**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.023,39 (dois mil vinte e três reais e trinta e nove centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2021NE000250 e 2021NE000251, ambas de 1º.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 24 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1437/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- J.L. DO B. GUIMARÃES – JBX PRODUTOS EIRELI**, representada por **Luciana Maria Pereira**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 14.822,00 (quatorze mil oitocentos e vinte e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE002221, datada de 10.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 24 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1439/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- MARCELO VITOR PETRAZZINI 00638672902**, representada por **Marcelo Vitor Petrazzini**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 474,00 (quatrocentos e setenta e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE002226, datada de 10.06.2021.

Vigência: 23.06.2021 a 23.06.2022.

Data de assinatura: 23 de junho de 2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1452/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- R LASSI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Ronaldo Lassi da Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 11/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE002223, datada de 10.06.2021.

Vigência: 24.06.2021 a 24.06.2022.

Data de assinatura: 24 de junho de 2021.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/0476/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- CONFIANÇA SOLUÇÕES EIRELI**, representada por **Arnaldo Rubio Neto**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 33/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigos, 57, §1º, inciso II, e 65, inciso II, alínea "b", ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Alteração da marca** do Item 29, Lote 5 – Aparelho condicionador de ar, tipo bi *split hi-wall inverter* (...), previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 030/PGJ/2021, e a **prorrogação do prazo de entrega**, por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 24.06.2021 a 11.02.2022.

Data de assinatura: 24 de junho de 2021.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/1425/2021.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **MN Tecnologia e Treinamento Ltda.**

Valor da contratação: R\$ 14.452,00 (quatorze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais), nos termos da NE nº 2021NE000282, de 23.06.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Despesa com serviço de subscrição de licença vitalícia de software Eberick 2021 Plena TOP + QiEditor de Armaduras da AltoQi, além de suporte técnico, para atender o Ministério Público Estadual.

Justificativa: Apenas a empresa MN Tecnologia e Treinamento Ltda. se apresenta apta a fornecer o *software* e prestar o serviço de suporte técnico, pois conforme certidão de fls. 27/43, é autorizada a comercializar em todo o território nacional o *software* AltoQi Eberick V2021 e a prestar suporte técnico especializado. Assim, por ser fornecedora exclusiva no presente caso, a lei prescinde de um procedimento licitatório.

Ratifica: **Alexandre Magno Benites de Lacerda**, Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande/MS, 23 de junho de 2021.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.406 DE 26 DE MARÇO DE 2021 (PÁGINA 12) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/3211/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- SOLUÇÕES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI**, representada por **Flávio Alves Lopes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 42/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de divisórias e demais acessórios, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Fechadura para porta de divisória, com as seguintes características mínimas: maçanetas e espelhos em aço, mecanismos em aço galvanizado, cilíndrica, broca de 90mm, cor preta ou cromada, com no mínimo 2 (duas) chaves. Marca/modelo/nº de referência: SOPRANO/SOPRANO.	Unidade	100	72,09

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de março de 2021.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2021.00000184-4

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO: 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

ÁREA DE TUTELA: CONSUMIDOR

ABRANGÊNCIA: LOCAL

PARTES:

COMPROMITENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMPROMISSÁRIA: VALLEY PUB EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.315.043/0001-33, com sede na avenida Afonso Pena, n. 4.150, Jardim dos Estados, Campo Grande (MS), representada pela sócia-administradora Daniela Cristina Longo;

OBJETO DO COMPROMISSO: Resguardar, preservar, equilibrar e proteger as relações de consumo entre a compromissária e os consumidores em geral, notadamente quanto às medidas de proteção e resguardo à saúde e segurança sanitária em tempos de pandemia de Covid-19.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CONSULTA DE INTEIRO TEOR DO PROCEDIMENTO E DO TAC: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça



A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00000583-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n.º 180, Chácara Cachoeira, CEP 79.040-240, Campo Grande - MS ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00000583-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação de Pais e Amigos da Creche Pré-Escola Flamingos.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas no âmbito da Associação de Pais e Amigos da Creche Pré-Escola Flamingos, em especial, irregularidade em locação de imóvel pela entidade, com o uso de receitas provenientes do erário.

Campo Grande - MS, 23 de junho de 2021.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça.

## **PORTARIA N° 0004/2021/49PJ/CGR**

### **Portaria n° 0004/2021/49PJ/CGR**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Campo Grande/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 132, inciso III da Constituição Estadual, bem como ante as disposições contidas nas Leis n° 7.347/85 e 8.429/92 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI da Lei Federal n° 8.625/93 e artigo 27, inciso IV, alínea a da Lei Complementar n° 72/94 e;

CONSIDERANDO que a Resolução n° 018/2010-PGJ, em seu artigo 9º, inciso II, atribuiu à 49ª Promotoria de Justiça, como Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades de Interesse Social, o exercício de *“todas as funções do Ministério Público relativa a fundações e entidade do terceiro setor”*;

CONSIDERANDO a existência da Notícia de Fato n.º 01.2020.00000375-0, registrada para apuração preliminar de possíveis irregularidades cometidas no âmbito da Associação de Pais e Amigos da Creche Pré-Escola Flamingos.

CONSIDERANDO que durante a instrução da Notícia de fato n.º 01.2020.00000375-0 sobressaíram-se alguns indícios de irregularidades, ensejando o aprofundamento da investigação, sobretudo, em relação ao contrato de aluguel realizado pela então presidente da entidade, sra. Maria Célia Aquino, cujo objeto é um imóvel de sua propriedade, com o uso de receitas proveniente do erário.

CONSIDERANDO que torna-se necessária a realização de diversas diligências, as quais demandam tempo superior a trinta dias para cumprimento e análise por esse subscritor.

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, por meio da 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social apurar eventuais irregularidades junto ao terceiro setor, INSTAURA o presente Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00000583-0, tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público Estadual.

REQUERIDO: Associação de Pais e Amigos da Creche Pré-Escola Flamingos

OBJETO: Apurar possíveis irregularidades cometidas no âmbito da Associação de Pais e Amigos da Creche Pré-Escola Flamingos, em especial, irregularidade em locação de imóvel pela entidade, com o uso de receitas provenientes do erário.

Para tanto, nos termos da Resolução n° 015/2007-PGJ, nomeia-se para secretariar os trabalhos Ariadine Galassi da Silva Ribeiro, Técnico I, independentemente de compromisso, determinando-se o cumprimento das seguintes diligências:



- Registrar e autuar o presente procedimento, juntamente com os documentos que o instruem.
- Expeça-se EDITAL, tornando pública a instauração do Procedimento Preparatório, através de publicação do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul - DOMP na forma da lei, para conhecimento de terceiros, interessados no oferecimento de informações;
- Solicite, via e-mail, ao Procurador-Geral de Justiça a publicação do referido Edital no DOMP, remetendo-lhe cópia desta peça inaugural;
- Certifique nos autos a data, a página e o número do DOMP em que foi publicado o referido Edital; e,
- Deixo de comunicar o Centro de Apoio das Fundações sobre a instauração acima determinada, tendo em vista o art. 57, inciso I, da Resolução n.º 014/2017-CPJ.

Com ou sem resposta, retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, terça-feira, 15 de junho de 2021.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça